

EM ANÁLISE

Nº31 – Setembro 2016-

O Impacto Social e Institucional da Crise Económica e Financeira nas Organizações do Terceiro Sector¹

O estudo O Impacto social e institucional da Crise económica e financeira nas Organizações do Terceiro Sector que a EAPN Portugal desenvolveu entre 2014 e 2015 em parceria com o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, procurou perceber, por um lado, quais as perceções das entidades sobre o próprio Terceiro Sector em que se inserem, sobre os seus papéis e importância, embora nunca estivesse em causa o reconhecimento do papel relevante que o sector tem na área social, nomeadamente, no campo da luta contra a pobreza e a exclusão social. Por outro lado, o impacto da crise nas entidades e na forma como estas intervêm na realidade social e como se posicionam relativamente ao Estado – principal financiador – e mesmo relativamente às outras entidades, constituíram também uma das preocupações (e razões) para se desenvolver o estudo. Esta análise não ficaria, no entanto, completa se não se procurasse perceber também como é que as entidades do Terceiro Sector procuraram superar as dificuldades e como veem agora o seu futuro e as prioridades que querem assumir no mesmo.

Estas dimensões foram analisadas através da aplicação de um inquérito por questionário², mas também por um conjunto de entrevistas³ realizadas a entidades que, ora representam o sector e assumem um papel no processo de negociação com o Estado, ora se destacam no apoio que dão ao sector e mesmo na ampla intervenção que têm na luta contra a pobreza e a exclusão social.

¹ O presente Em análise sumariza as principais conclusões da Publicação: Elizabeth Santos; Fátima Veiga; Paula Cruz; Mónica Lopes; Sílvia Ferreira, *O Impacto social e institucional da crise económica e financeira nas organizações do Terceiro Sector*, Cadernos EAPN nº 22, Porto, EAPN Portugal, 2015. Vd: <http://www.eapn.pt/publicacao/207/cadernos-22-o-impacto-social-e-institucional-da-crise-economica-e-financeira-nas-organizacaoes-do-terceiro-setor>

² Foram obtidas 341 respostas válidas.

³ Foram realizadas 8 entrevistas em profundidade às seguintes entidades: ANIMAR, AMI, Banco Alimentar contra a Fome, Cáritas Portuguesa, CASES, CNIS, Cruz Vermelha Portuguesa, Fundação Montepio.

Notas da Análise das respostas do Inquérito:

- A amostra tem sobretudo um peso das Organizações de Economia Social que atuam na área social, das quais um número significativo respondeu ter o estatuto de IPSS.
- Voluntariado: existe um número significativo de entidades que afirma ter voluntários, que não dirigentes, nas suas estruturas, o que denota uma diferença significativa relativamente aos dados conhecidos sobre o voluntariado no Terceiro Sector em Portugal.
- As valências predominantes são as que se dirigem para as pessoas idosas e crianças/jovens. No caso das pessoas idosas, representam respetivamente 35.2% do total das valências e 57.5% do total das entidades da amostra. No caso das crianças e jovens, representam 29.2% do total das valências e 50.1% do total das organizações. É de salientar, no entanto, o peso considerável das respostas orientadas para a família e comunidade. Assumindo a terceira posição no conjunto de organizações que possuem valências (155 - 45.5% - organizações disseram possuir valências de apoio à família e comunidade, apenas superadas por 196 - 57.5% - que têm respostas na área das pessoas idosas e 171 - 50.1% - com respostas na área das crianças/jovens), esta área de intervenção integra uma das medidas mais emblemáticas do XX Governo, a Rede Solidária de Cantinas Sociais, o que poderá explicar esta relevância no sector em análise.
- A prevalência de acordos de cooperação nas entidades do Terceiro Sector é uma das suas características marcantes. Das 341 organizações que responderam ao inquérito, 273, ou seja, cerca de 80%, responderam afirmativamente.
- As entidades do Terceiro Sector destacam como importante o seu papel no desenvolvimento social e bem-estar social. Foi possível verificar que estes papéis influenciam toda a avaliação que as entidades fazem do sector. Neste sentido, não é de estranhar que a *reivindicação* de um papel mais forte na defesa dos seus beneficiários, assim como na defesa do sector fossem destacadas, em termos médios, como as mais relevantes, já que também são determinantes para a promoção do bem-estar que se pretende alcançar.
- É de salientar o papel das entidades de cúpula e a sua capacidade de negociação junto das entidades governamentais, surgindo uma vez mais como relevante a capacidade para a reivindicação daquelas face a estas últimas. Num período de forte crise económica esta capacidade de reivindicação assume-se como determinante também para fortalecer o sector e reduzir os efeitos negativos da crise nas entidades.
- Impacto da Crise: as áreas onde existiram menos alterações (ou seja, onde a crise teve um menor impacto) foram as referentes ao *número de voluntários* e de *número de pessoas que emprega*.

O impacto mais negativo foi nos *rendimentos* das organizações, verificando-se uma diminuição em

todas as fontes, *filantropia individual, empresarial, participações dos utentes e subsídios públicos*. Nenhuma das diferentes fontes de receita teve capacidade de compensar a diminuição nas outras fontes de receitas, não se tendo verificado, por exemplo, uma substituição de receitas de *fundos públicos* por receitas de *filantropia* ou por receitas de *vendas de bens e serviços*.

Em contrapartida, verificou-se um aumento em outras áreas como o *número de beneficiários*, a *qualidade dos serviços que providencia*, assim como a *quantidade de bens que produz*. Todavia, note-se que o aumento dos beneficiários não trouxe consigo um aumento das receitas de participações dos utentes.

- Resposta à crise: quase 80% das entidades destacou a *procura de novas fontes de financiamento* (79,5%) como uma estratégia central na resposta à crise, logo seguidas do *trabalho em parceria com outras organizações* (71%), a *reorientação para atividades geradoras de recursos financeiros* (55,4%) e a *criação de novos serviços/valências* (53,4%).

Um número significativo de entidades afirmaram ter realizado mudanças na orientação e funcionamento da própria organização, quer passando a *atender outros públicos que não os seus tradicionais* (39,6%), quer *capacitando-se em novas áreas* (38,4%), *implementando um plano de reestruturação* (35,8%) e mesmo *alterando os objetivos da intervenção* (35,5%).

- Relativamente ao Programa de Emergência Social: Das 341 organizações que responderam ao inquérito, 55,4% afirmaram que utilizaram alguma ou várias destas medidas.

Em termos gerais, e para as OES, verifica-se que a medida mais utilizada pelas organizações foi a *devolução de 50% do IVA de obras e investimentos das instituições sociais* (145), uma medida que corrige parcialmente uma imposição da Troika de fazer incidir IVA nas obras e investimentos das instituições sociais, anteriormente isentas.

Assim, foi analisada a relação entre o impacto da crise e a utilização das medidas de emergência e verificou-se que ter recorrido a medidas de emergência social apenas exerce efeito estatisticamente significativo ao nível da apreciação do impacto da crise na *quantidade de bem produzidos*. Trata-se do efeito de medidas que tiveram como objetivo aumentar o número de beneficiários (*alargar o número de vagas*), reduzindo limitações existentes. No entanto, este aumento do número de beneficiários não parece ter tido o mesmo efeito em termos do aumento das participações dos utentes.

Em termos globais, o impacto do PES verifica-se em 4 respostas à crise: assumir novos serviços/valências, capacitação em novas áreas, implementação de um plano de reestruturação e atendimento a públicos que não os tradicionais.

- O Futuro do sector: Verifica-se que as organizações são mais *otimistas* do que *pessimistas* em

relação ao futuro do Terceiro Sector e que há uma forte expectativa de que a sua evolução se faça dentro de tendências que têm vindo a marcar, pelo menos, os discursos sobre este sector: mais cooperação, mais capacidade, etc.

Notas: entrevistas:

- Tendo em conta o contributo do sector para a economia do país, por um lado, os entrevistados referiram a criação de riqueza nacional, de emprego e de voluntariado, e por outro, foi sublinhado o contributo em termos sociais através da promoção da inclusão social e do desenvolvimento local. Sublinhe-se que os resultados do INE referentes à Conta Satélite da Economia Social indicam que este sector representava (2010) 2,8% do Valor Acrescentado Bruto (VAB) nacional, 4,6% das remunerações, 5,5% do emprego remunerado e 4,7% do emprego total.
- A importância do emprego criado na Economia Social foi também identificada enquanto elemento de desenvolvimento local, sendo sublinhado por alguns entrevistados que em muitas localidades, as organizações da Economia Social são as principais entidades empregadoras.
- Alguns entrevistados apontaram para a existência de alterações na relação com o Estado, nomeadamente para o facto de o Estado assumir uma postura de parceiro face à Economia Social em oposição ao papel de tutela que anteriormente existia.
- A existência de plataformas e organizações de cúpula foi percecionada como uma mais-valia na capacidade reivindicativa do sector. No entanto, alguns entrevistados sublinharam que o sector tem ainda muito pouco poder reivindicativo.
- Outro aspeto sublinhado pelos entrevistados foi a necessidade de alteração da perceção (interna e externa ao sector) das organizações da Economia Social como sendo dependentes do Estado ou como estando a substituí-lo.
- Com uma diminuição dos recursos disponíveis e um aumento das necessidades sociais, estas organizações foram forçadas a uma maior análise organizacional, diminuindo por um lado os desperdícios existentes, aumentando a produtividade ou a eficácia da intervenção e reavaliando a intervenção organizacional para melhor identificar as alterações a serem efetuadas.
- Uma das fragilidades mais apontadas foi o financiamento destas organizações que, devido às políticas de austeridade e à crise económica, tiveram uma redução. Os entrevistados aludiram não só ao financiamento público, mas também à comparticipação dos utentes e aos donativos individuais e empresariais. Outra fragilidade identificada foi a insuficiência ou ausência de cooperação entre as organizações.

- Por fim, o atual contexto de crise e da diminuição das fontes de financiamento criou o risco de, na luta pela sobrevivência organizacional, algumas dessas instituições se afastarem da sua missão e priorizarem serviços e respostas direcionadas às pessoas com melhores condições económicas.

Principais conclusões do estudo:

- Este sector encontra-se consolidado, ocupa um lugar de destaque no domínio do desenvolvimento social e económico, e que o Terceiro Sector não é despiciendo em termos de criação de emprego, contribui para o desenvolvimento do país, e que a relação que tem com o Estado deve caminhar cada vez mais para uma relação de parceria.
- A **profissionalização dos quadros** das organizações ressalta também como uma evolução positiva e como uma resposta ao contexto de crise; a qualidade dos serviços prestados por estas organizações constitui uma marca distintiva, aliada à proximidade das populações e à concentração máxima na sua missão.
- O **impacto da crise no terceiro sector** é significativo, como de resto o é na sociedade. O indicador mais ilustrativo do modo como as organizações foram afetadas é a diminuição de todos os tipos de fontes de receitas para a maioria das organizações.
- É de assinalar o aumento substancial do número de beneficiários, de quantidade e de qualidade dos serviços, o que reflete a capacidade de resposta das organizações às necessidades e políticas, mesmo em contexto de retração financeira.
- Relativamente à **avaliação do terceiro sector** feita pelas entidades que responderam ao questionário verifica-se que se posicionam claramente na vertente do *bem-estar e desenvolvimento social* e que a vertente do *desenvolvimento económico* vem em último plano. Há claramente uma assunção de que estas entidades se dedicam a um trabalho de proximidade junto das populações e de que aí reside o cerne da sua atuação, a sua missão.
- Quanto ao **futuro do sector** as entidades inquiridas apostam na necessidade de uma maior cooperação, quer com o Estado, quer com as organizações congéneres, numa lógica de trabalho em rede. Destaca-se a vitalidade do sector, a sua capacidade de enfrentar o futuro com otimismo e, sobretudo, a autoconsciência de que se trata de um sector fundamental para o desenvolvimento do país e para coesão social e que é capaz de se reinventar, investindo em novas valências e utilizando outras formas de financiamento, apostando na inovação social e no empreendedorismo.
